

WWF-BRASIL EM NÚMEROS

12 ESPÉCIES

de primatas foram registradas na região do MAM

40 UNIDADES

de conservação formam o MAM

7,3 MILHÕES

de hectares compõem a área total do Mosaico

22 INSTITUIÇÕES

formam o conselho do Mosaico



Por que estamos aqui?

Para impedir a degradação do meio ambiente e construir um futuro no qual os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza

www.wwf.org.br



WWF

CARTILHA

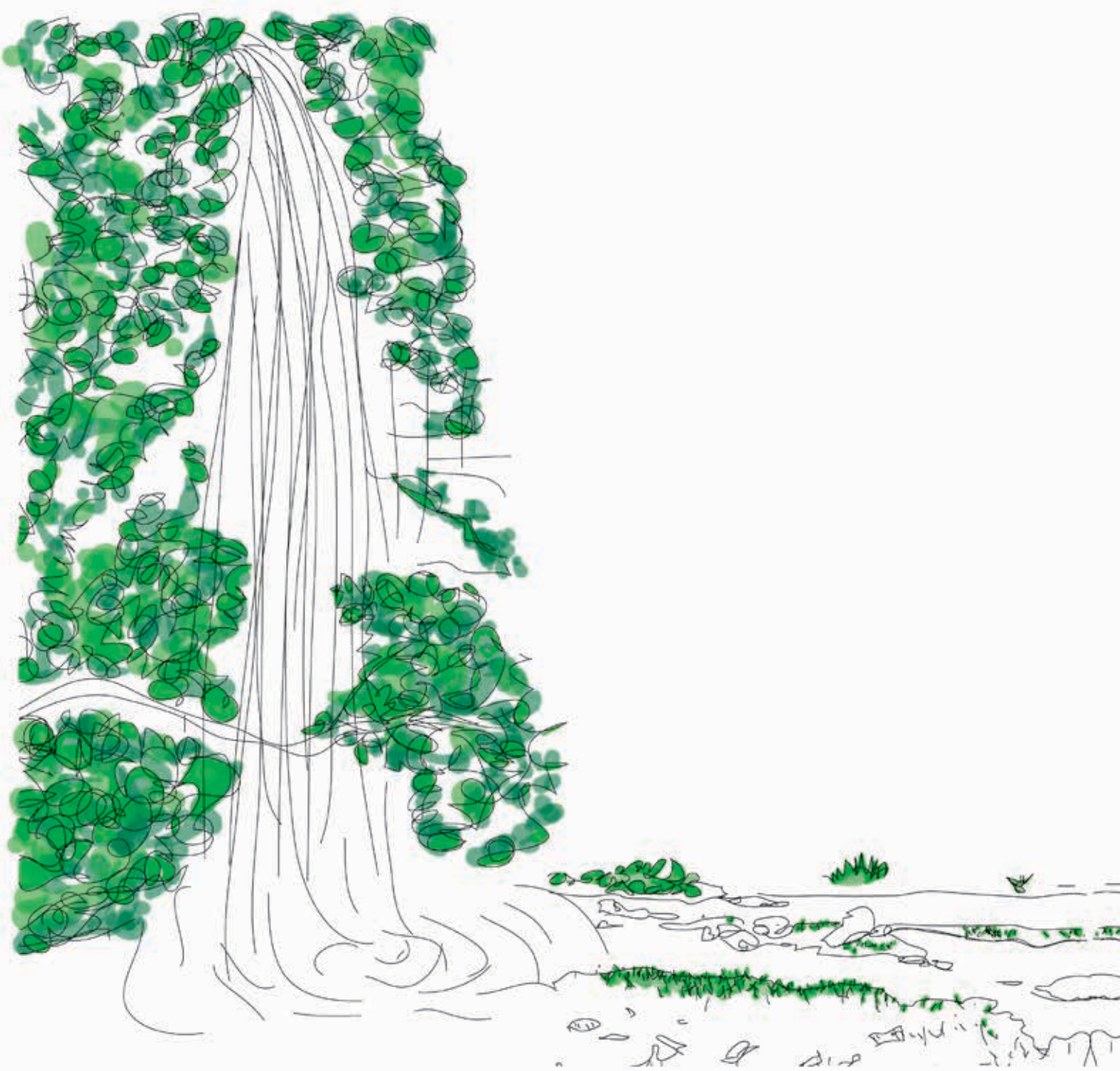
BR

2014



MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL





"SONHO QUE SE SONHA SÓ É SÓ UM SONHO QUE SE SONHA SÓ.
MAS SONHO QUE SE SONHA JUNTO É REALIDADE."

John Lennon





FICHA TÉCNICA

Texto

Ana Cíntia Guazzelli

Revisão

Ana Cíntia Guazzelli

Jorge Eduardo Dantas de Oliveira

Maria Jasylene Abreu

Frederico Brandão

Samuel Tararan

Diagramação

Inspiri Comunicação

www.inspiri.com.br

Ilustração

Érica das Neves Bettiol

Bibliografia Consultada

MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL • VENCENDO LIMITES
GEOGRÁFICOS E INTEGRANDO GESTÃO - MAIO DE 2013

Realização



SUMÁRIO

04 APRESENTAÇÃO



05 INTRODUÇÃO



06 O QUE SÃO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)?



O SNUC

07 O QUE É UM MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO?



08 O MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL (MAM)



AS PRIMEIRAS AÇÕES INTEGRADAS DO MAM

LINHA DO TEMPO

CARACTERÍSTICAS DO MAM

11 ÁREAS PROTEGIDAS DO MAM



12 FAUNA



13 RIQUEZAS DO MOSAICO



14 ASPECTOS SOCIAIS



TERRAS INDÍGENAS

AMEAÇAS

O CONSELHO GESTOR

17 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MAM



18 APÊNDICE



O Ministério do Meio Ambiente reconheceu o
Mosaico da Amazônia Meridional (MAM)
em agosto de 2011.

Foram quase cinco anos de muito trabalho da sociedade civil organizada e da sociedade brasileira que acreditam na importância das áreas protegidas para a conservação da Amazônia.

O pedido de reconhecimento do **MAM** ao governo federal partiu de instituições que atuam na região, governamentais e não governamentais, nos estados do **Amazonas, Mato Grosso e Rondônia**. Mas até o momento do reconhecimento, muito esforço e dedicação foram dispensados.

O reconhecimento, no entanto, marcou apenas a parte inicial deste trabalho, cujo objetivo é manter as áreas de uso das populações tradicionais; conservar a fauna, os rios e as florestas da região entre os três estados amazônicos e ajudar a manter o equilíbrio climático do planeta.



Esta publicação tem o objetivo de explicar o **Mosaico da Amazônia Meridional** para quem não participou do processo de construção desta realidade, sua importância, seus desafios e suas perspectivas de futuro.

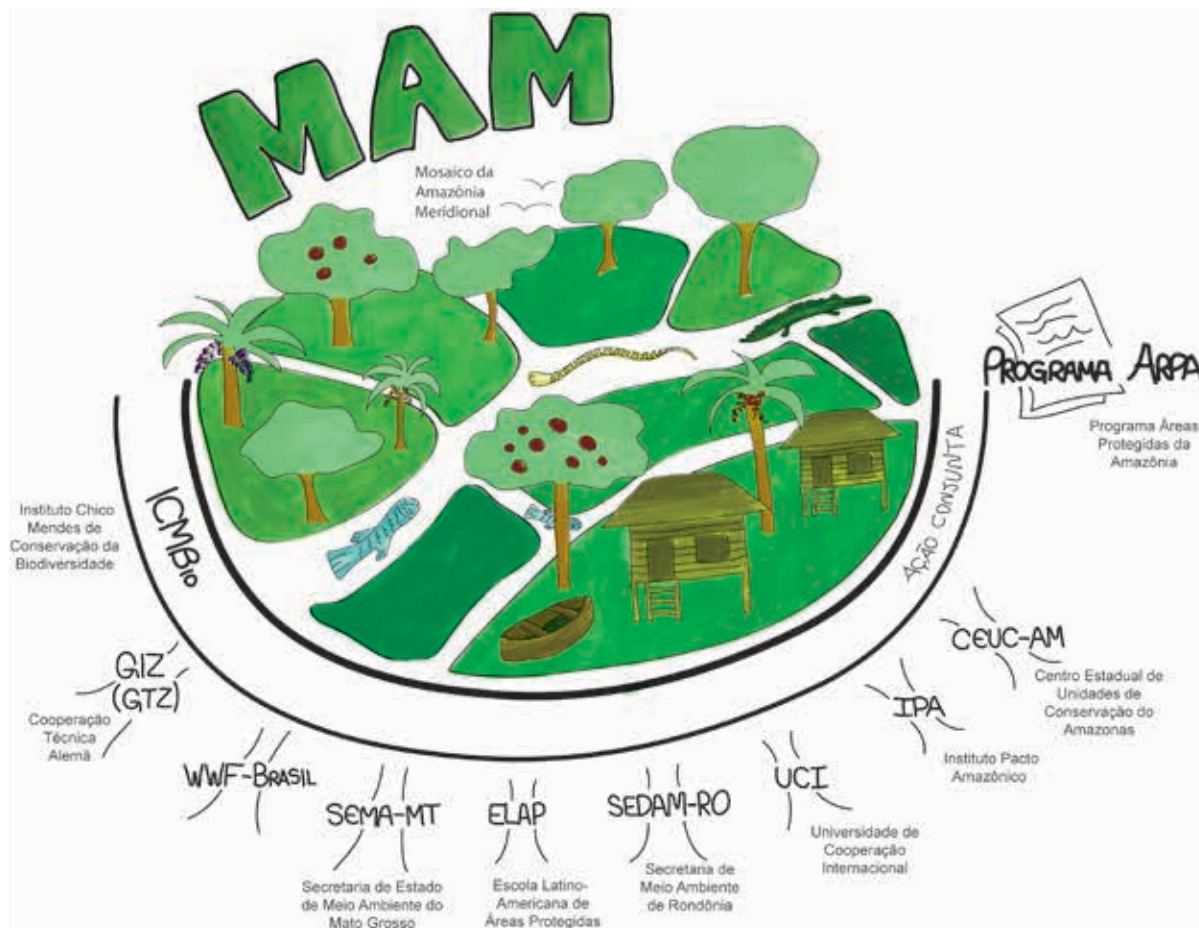
Esperamos que ela seja um instrumento útil de informação e que, após a leitura, você se sinta convidado a conhecer e a contribuir com a manutenção deste imenso patrimônio que é a Amazônia.

Boa leitura!

Maria Cecília Wey de Brito
Secretária Geral - WWF Brasil



Atualmente, no Brasil, várias instituições do governo e não governamentais tentam encontrar novas formas para gerenciar, de maneira eficiente e sustentável, as áreas protegidas. Os mosaicos surgem como uma alternativa para o desenvolvimento de uma administração conjunta, voltada para a conservação da natureza local. Mas para que isso aconteça, é preciso muito estudo e planejamento.



Esta publicação compartilha parte da experiência vivida por um grupo de pessoas e instituições, que, no período de 2007 a 2012, desenvolveu ações para que as unidades de conservação que se encontram nos limites dos estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia fossem reconhecidas como mosaico. Ela foi baseada no livro 'Mosaico da Amazônia Meridional: vencendo limites

geográficos e integrando gestão', elaborado pelo WWF-Brasil e parceiros.

O reconhecimento do Mosaico da Amazônia Meridional foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 25 de agosto de 2011, assinado pela então Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.



O QUE SÃO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs)?

Unidade de conservação é um termo utilizado no Brasil que define as áreas que o governo determina para proteger animais, plantas, microorganismos, corpos d'água, solo, clima, paisagens, e todos os processos ecológicos que estão ligados à natureza.

Algumas unidades de conservação são criadas também para proteger as riquezas histórico-culturais e o modo de vida das populações tradicionais. Nelas, as pessoas têm permissão para usar de forma sustentável os recursos que a natureza oferece.

As unidades de conservação recebem diferentes nomes, conforme suas categorias, modalidades e forma de proteção à natureza. Elas podem ser: parques nacionais, estaduais ou municipais, estações ecológicas, reservas extrativistas, áreas de proteção ambiental, entre outras, que estão descritas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

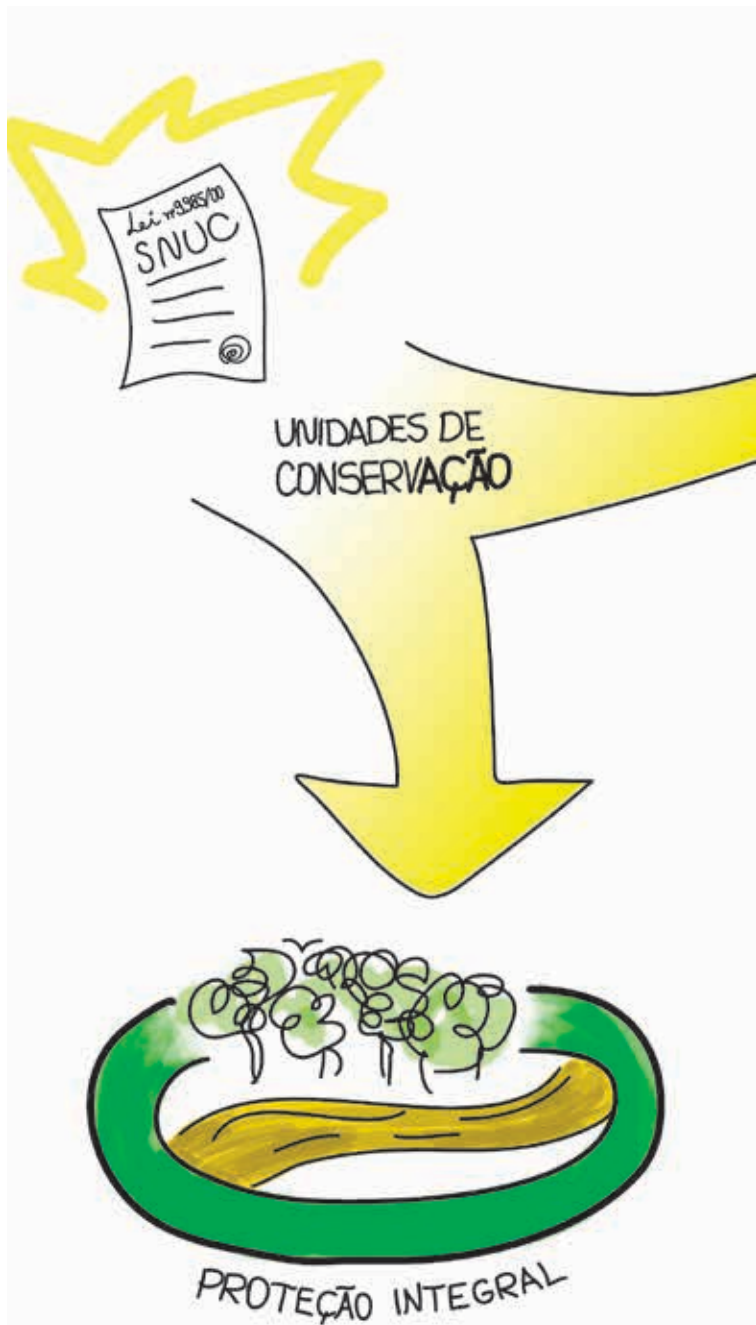
O SNUC

A Lei do SNUC (Lei nº 9.985/00) contribui para melhorar a forma de gerenciamento e o manejo das unidades de conservação no Brasil, que são divididas em dois grandes grupos:

Proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre;

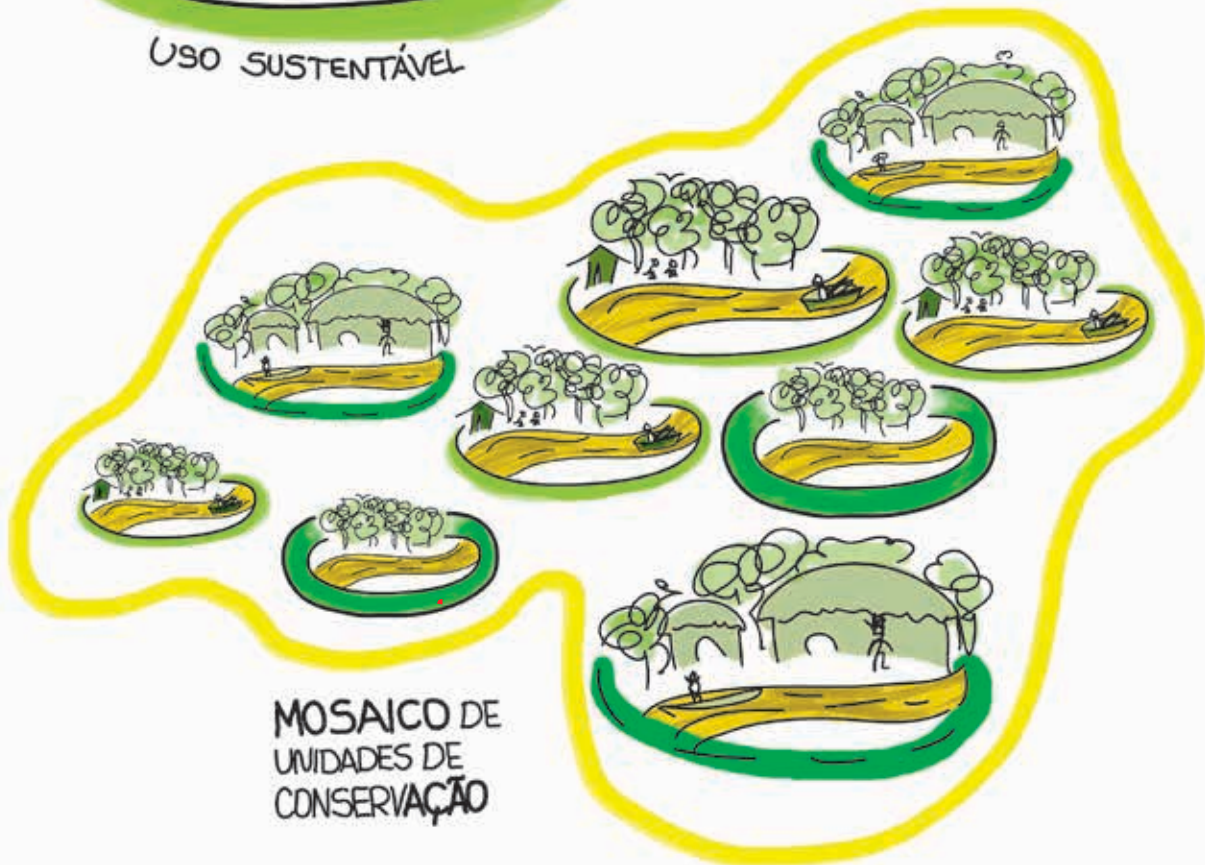
Uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

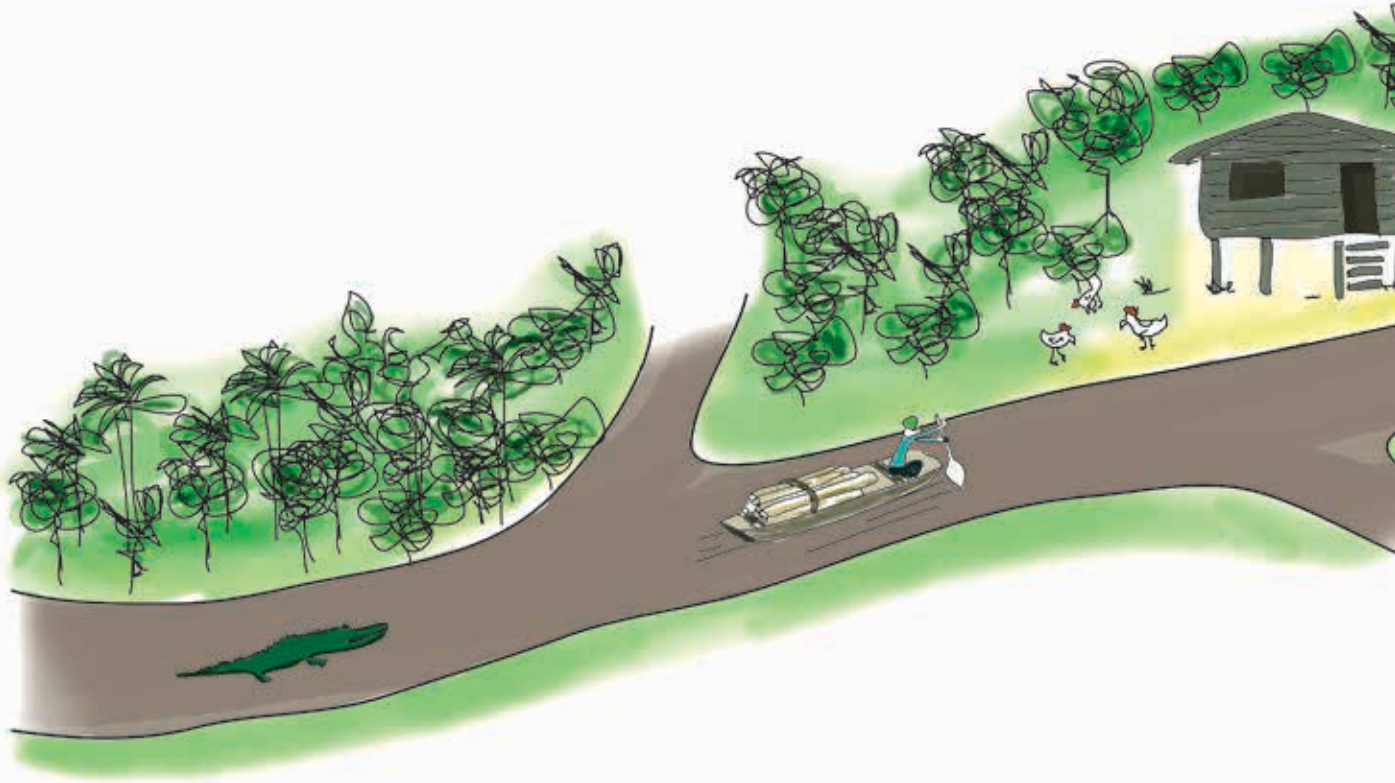
O SNUC determina ainda que as UCs tenham planos de manejo e conselhos gestores, que podem ser consultivos ou deliberativos, dependendo da categoria da unidade. São eles que garantem a participação da sociedade nos processos de criação, implementação e gestão da unidade de conservação.

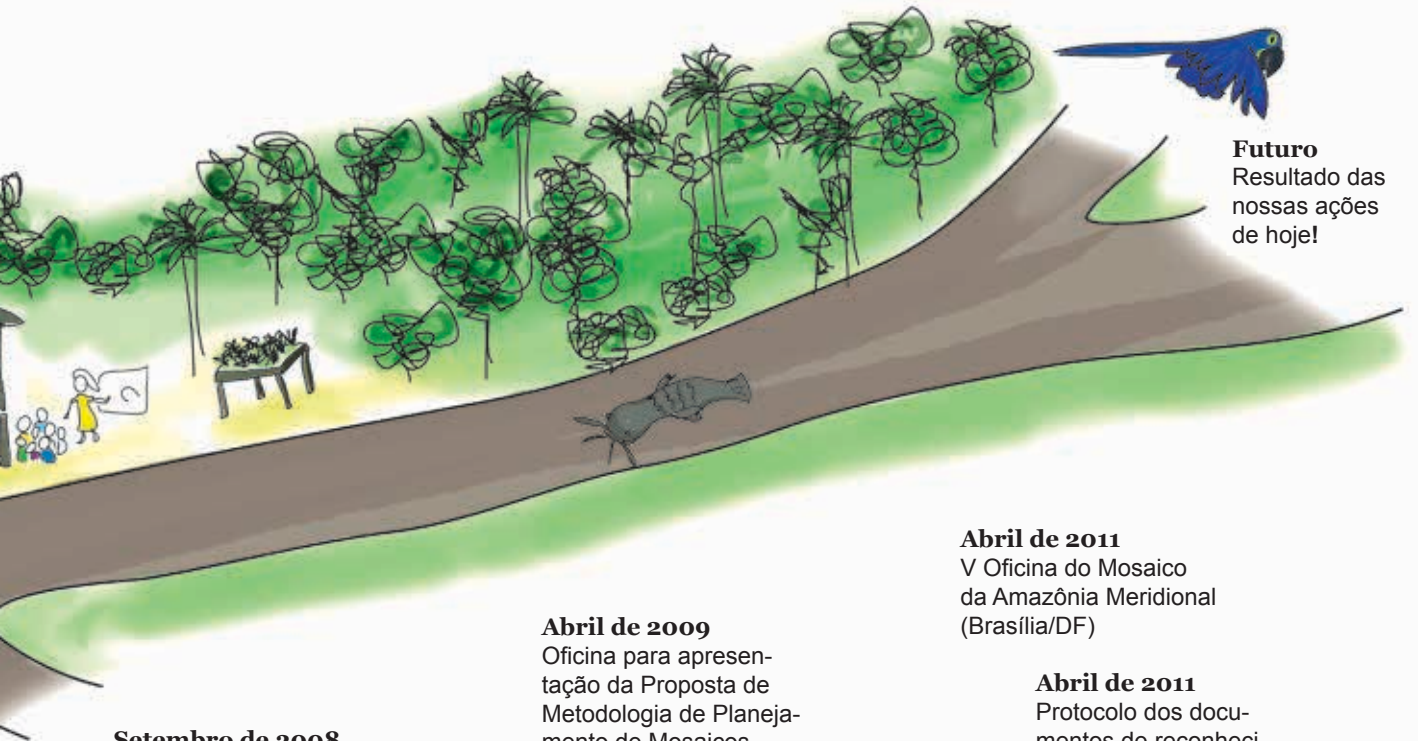




Quando temos várias unidades de conservação, terras indígenas, terras quilombolas juntas, ou próximas umas das outras, é possível formar um mosaico. Para isso, é importante que seu gerenciamento seja feito de maneira conjunta, isto é, que as instituições do governo, as não governamentais e as comunidades trabalhem unidas. Assim como os ecossistemas ali presentes dependem uns dos outros, suas administrações também devem ser interdependentes, mas respeitando a individualidade e os objetivos próprios de cada área protegida.







Futuro
Resultado das
nossas ações
de hoje!

Setembro de 2008
I Oficina do Mosaico da
Amazônia Meridional
(Manaus/AM)

Novembro de 2008
II Seminário de Mosaico
de Áreas Protegidas
(Manaus/AM)

2008
II Oficina do Mosaico da
Amazônia Meridional
(Manaus/AM)

Abril de 2009
Oficina para apresen-
tação da Proposta de
Metodologia de Planeja-
mento de Mosaicos.
(Manaus/AM)

Mai de 2009
III Oficina do Mosaico
da Amazônia Meridional
(Manaus/AM)

Agosto de 2009
IV Oficina do Mosaico
da Amazônia Meridional
(Mato Grosso/MT)

Setembro de 2009
III Seminário de Mosai-
co de Áreas Protegidas
(Curitiba/PR)

Abril de 2011
V Oficina do Mosaico
da Amazônia Meridional
(Brasília/DF)

Abril de 2011
Protocolo dos docu-
mentos de reconheci-
mento do Mosaico da
Amazônia Meridional
no Ministério do Meio
Ambiente (Brasília/DF)

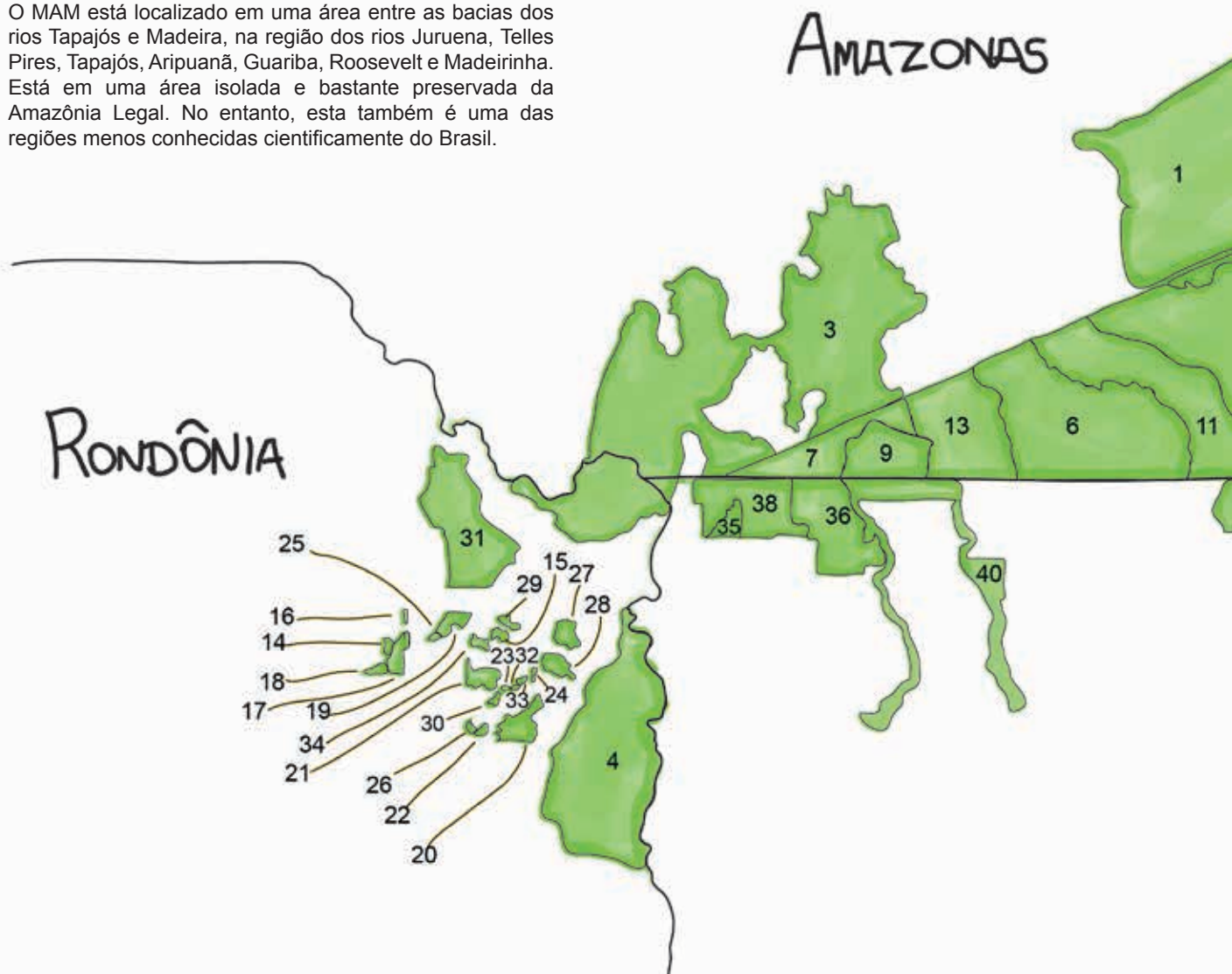
25 de agosto de 2011
Publicação no Diário Oficial
da União do reconheci-
mento do Mosaico da Amazônia
Meridional, pelo Ministério
do Meio Ambiente
(Brasília/DF)



O MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL (MAM)

O Mosaico da Amazônia Meridional abrange uma região com cerca de 7,3 milhões de hectares, conhecida como “Arco do Desmatamento” por conta do desmatamento que avança no sentido norte do Brasil. Inclui os limites dos estados de Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Pará.

O MAM está localizado em uma área entre as bacias dos rios Tapajós e Madeira, na região dos rios Juruena, Telles Pires, Tapajós, Aripuanã, Guariba, Roosevelt e Madeirinha. Está em uma área isolada e bastante preservada da Amazônia Legal. No entanto, esta também é uma das regiões menos conhecidas cientificamente do Brasil.





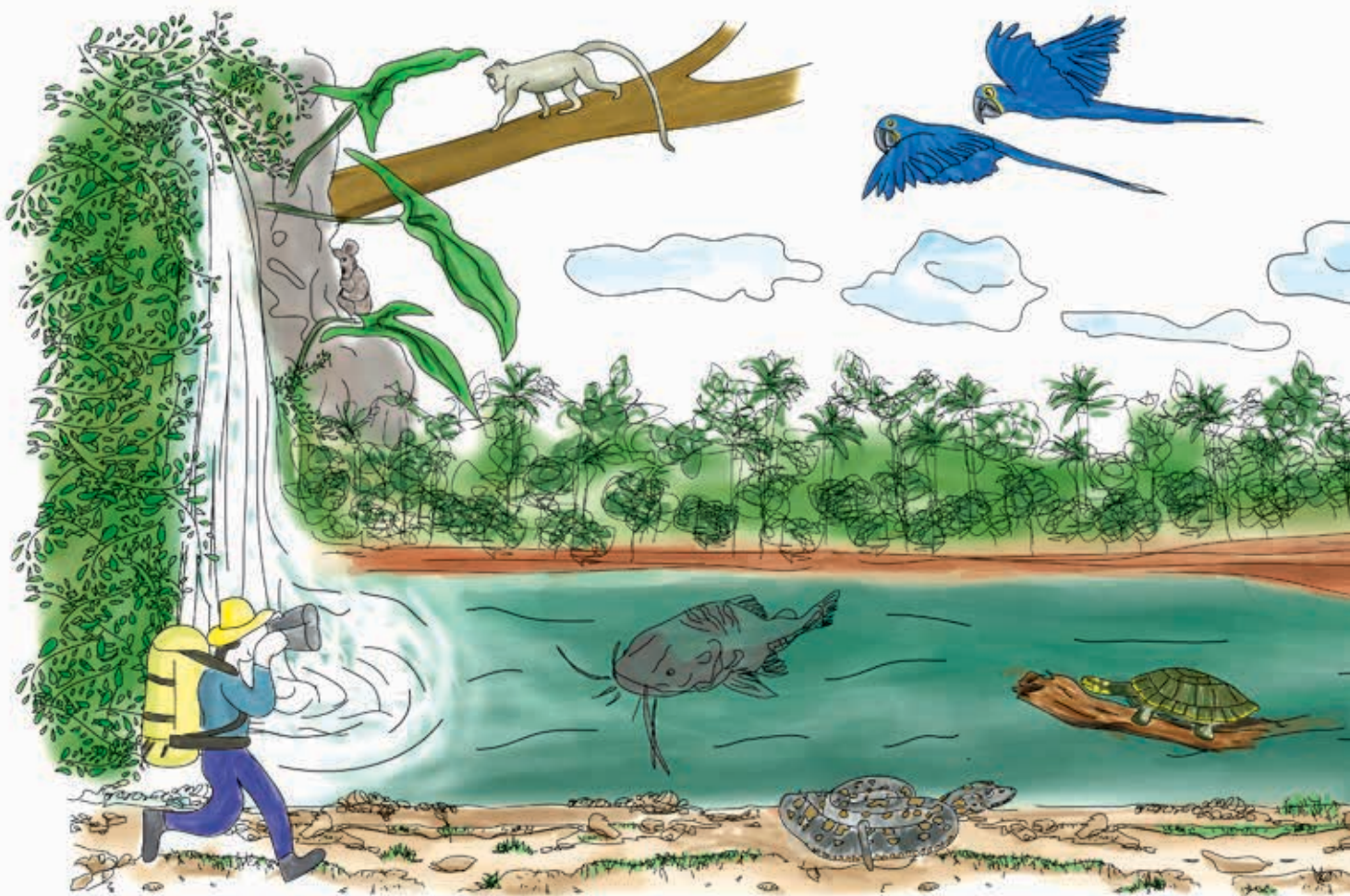
Atualmente, o MAM é composto por 40 unidades de conservação. Na região do MAM existem ainda diversas terras indígenas que, neste primeiro momento, não fazem parte do mosaico, mas que futuramente, dependendo do interesse dos povos indígenas, poderão ser integradas ao território. O mapa ao lado mostra a localização do MAM e suas áreas protegidas.



MATO GROSSO

Unidade de Conservação	Área (ha)
1 FLORESTA NACIONAL DE JATUARANA	573.745,70
2 PARQUE NACIONAL DO JURUENA	1.957.526,71
3 PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	961.322,50
4 RESERVA BIOLÓGICA DO JARU	346.860,65
5 FLORESTA ESTADUAL APUÍ	182.723,89
6 FLORESTA ESTADUAL ARIPUANÃ	328.743,90
7 FLORESTA ESTADUAL MANICORÉ	83.296,24
8 FLORESTA ESTADUAL SUCUNDURI	481.065,28
9 PARQUE ESTADUAL GUARIBA	71.100,20
10 PARQUE ESTADUAL SUCUNDURI	795.956,64
11 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ARIPUANÃ	218.094,61
12 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BARARATI	110.806,13
13 RESERVA EXTRATIVISTA DO GUARIBA	148.075,81
14 FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO ARARAS	1.007,68
15 FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO CEDRO	2.561,96
16 FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO GAVIÃO	433,65
17 FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO MUTUM	10.855,18
18 FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO TUCANO	510,70
19 RESERVA EXTRATIVISTA ANGELIM	8.383,94
20 RESERVA EXTRATIVISTA AQUARIQUARA	19.276,41
21 RESERVA EXTRATIVISTA CASTANHEIRA	9.661,03
22 RESERVA EXTRATIVISTA DO ITAÚBA	1.604,36
23 RESERVA EXTRATIVISTA FREIJÓ	628,52
24 RESERVA EXTRATIVISTA GARROTE	865,94
25 RESERVA EXTRATIVISTA IPÊ	819,50
26 RESERVA EXTRATIVISTA JATOBÁ	1.338,82
27 RESERVA EXTRATIVISTA MARACATIARA	8.660,02
28 RESERVA EXTRATIVISTA MASSARANDUBA	6.174,56
29 RESERVA EXTRATIVISTA MOGNO	2.413,10
30 RESERVA EXTRATIVISTA PIQUIÁ	1.278,56
31 RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ	119.769,62
32 RESERVA EXTRATIVISTA ROXINHO	1.039,02
33 RESERVA EXTRATIVISTA SERINGUEIRA	475,54
34 RESERVA EXTRATIVISTA SUCUPIRA	2.818,35
35 ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO RIO MADEIRINHA	13.682,96
36 ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO RIO ROOSEVELT	97.964,61
37 PARQUE ESTADUAL IGARAPÉS DO JURUENA	223.829,75
38 PARQUE ESTADUAL TUCUMÃ	81.007,39
39 RESERVA ECOLÓGICA DE APIACÁS	100.000,00
40 RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT	138.092,00

Total 7.114.471,43





O Mosaico da Amazônia Meridional é muito importante para a conservação da natureza, pois ele:

- Preserva nascentes, igarapés e rios de trechos significativos do alto e baixo Juruena, Sucunduri, Camaiu, Cunamã, Acari, Urucu, Mureru, Jacaretinga, Maracaná, Aripuanã, Guariba, Roosevelt, Madeirinha, Tarumã, dos Macacos, Machado, Machadinho; nascentes do Juruá, como também a totalidade das bacias dos rios Santa Rosa, São Tomé, Urucu e Bararati, além de pequenos cursos d'água importantes para a produção de água dos rios Tapajós e Madeira;
- Protege corredeiras, cachoeiras e lagos, que garantem a sobrevivência de peixes, carnívoros aquáticos e alguns animais terrestres, sendo importantes para a reprodução de quelônios (bichos de casco) e peixes, como os grandes bagres, e para manter o pescado para o consumo das pessoas que ali vivem e dos turistas;
- Protege as cavernas, em especial a Caverna da Onça, na Cachoeira do São Simão e a Caverna do Morcego, no Salto Augusto, que são lugares frágeis e servem de abrigos para os morcegos;
- Protege desde os grandes carnívoros que correm risco de extinção e que necessitam de grandes áreas para sobreviver, como a onça-pintada (*Panthera onca*), bem como espécies com funções específicas como algumas algas existentes nas cachoeiras, que servem de alimentos para peixes e mamíferos;
- Garante a vida de espécies que são perseguidas nas regiões próximas às cidades por serem utilizadas como alimento;
- Conserva populações isoladas de espécies típicas de cerrado: anfíbios, répteis, aves, mamíferos e espécies vegetais;

De forma geral, o Mosaico da Amazônia Meridional se encontra em uma situação de conservação privilegiada, com florestas grandes e preservadas.





ASPECTOS SOCIAIS

Na região da Amazônia Meridional viveram vários grupos indígenas que deixaram suas marcas, como pedaços de cerâmicas, terra preta e pinturas nas pedras, encontradas principalmente na região conhecida como Pedra Preta, em Paranaíta/MT. Atualmente, os povos indígenas existentes são exemplos de resistência. Na parte leste, encontram-se os povos Mundurucu, Apiaká e Kayabi; a oeste, o povo Tenharim e no centro ainda há ocorrências de índios isolados nos rios Preto, Maracanã e Bararati.

Nos últimos dois séculos, o ciclo da borracha e o garimpo trouxeram muitos imigrantes para a região, vindos principalmente do Maranhão e Ceará.

A região também recebeu exploradores e naturalistas que pesquisaram os animais e plantas brasileiros. A primeira grande expedição foi organizada e liderada pelo médico alemão, naturalizado russo, Georg Heinrich Von Langsdorff. A Expedição Langsdorff (1825 a 1829), como ficou conhecida, percorreu São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará (atual estado do Pará). Em 1913-1914, foi a vez da Expedição Científica Rondon-Roosevelt, que teve como líderes Theodore Roosevelt e Marechal Cândido Rondon, os primeiros exploradores ao longo do rio da Dúvida (mais tarde chamado de rio Roosevelt).

Até o início da década de 60, a região permanecia praticamente isolada e pouco conhecida, mas a construção de Brasília, inaugurada em 1960, e a abertura de estradas, como a Rodovia Belém-Brasília, BR-060, acabou atraindo pessoas de todo o Brasil, com destaque para os gaúchos, catarinenses e paranaenses.



Terras Indígenas

Sete terras indígenas localizam-se no entorno do mosaico e podem compor a iniciativa de gestão integrada na região. Elas somam cerca de 5,1 milhões de hectares. Ainda existem na região registros de índios isolados.

As terras indígenas do entorno do Mosaico da Amazônia Meridional.

Terra Indígena	Tamanho (ha)
Arara do Rio Branco	114.842
Escondido	168.938
Kayabi	1.053.257
Munduruku	2.381.795
Kawahiva do Rio Pardo	411.848
Tenharim Marmelo	497.521
Tenharim Marmelos (Gleba B)	474.471
Total	5.102.672

*Fonte: Funai



As ameaças

As principais ameaças que ocorrem na região do MAM são:

- Garimpo nas calhas dos rios;
- Extração ilegal de madeira;
- Abertura de estradas para escoamento da madeira;
- Serrarias ilegais;
- Pesca ilegal;
- Desmatamento para criação de gado em fazendas.

Além disso, existem projetos para a construção de hidrelétricas em vários pontos no interior do Mosaico, como a de Tabajara, no Parque Nacional dos Campos Amazônicos; Sucunduri, no Mosaico do Apuí; e Cachoeiras do Juruena, no Parque Nacional de mesmo nome. É muito provável que essas hidrelétricas virem “barreiras” para os rios da região, o que contraria os interesses do MAM, que busca preservá-los.



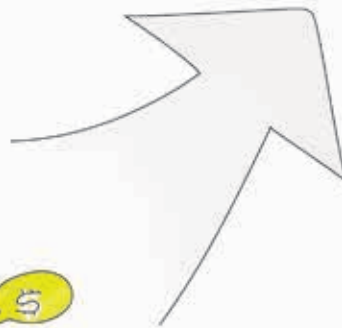
O Conselho Gestor

O principal papel do conselho gestor é contribuir para a administração do MAM, acompanhando e opinando sobre seu funcionamento. Os integrantes desse conselho devem identificar os problemas e propor a melhor maneira de resolvê-los. A atividade do conselheiro não é remunerada e é considerada de relevante interesse público. O que se ganha é a participação como cidadão nas questões ambientais e sociais.

Um conselho gestor possui suas próprias regras de funcionamento, que servem para organizar os trabalhos. Para que fiquem claras a todos, essas regras devem ser construídas pelos conselheiros e colocadas em um documento chamado de Regimento Interno.

O Regimento Interno do conselho consultivo do MAM foi aprovado em sua primeira reunião, que aconteceu em dezembro de 2011.

Na segunda reunião do conselho gestor, realizada em maio de 2012, foram debatidas e estabelecidas as prioridades de intervenção no MAM.





AÇÃO
CONJUNTA

O objetivo geral do Plano Estratégico do MAM é conservar as florestas e outros ambientes naturais existentes na região do Mosaico da Amazônia Meridional, criando uma barreira frente ao desmatamento ilegal, a expansão agropecuária desordenada e a outras formas de depredação da natureza.

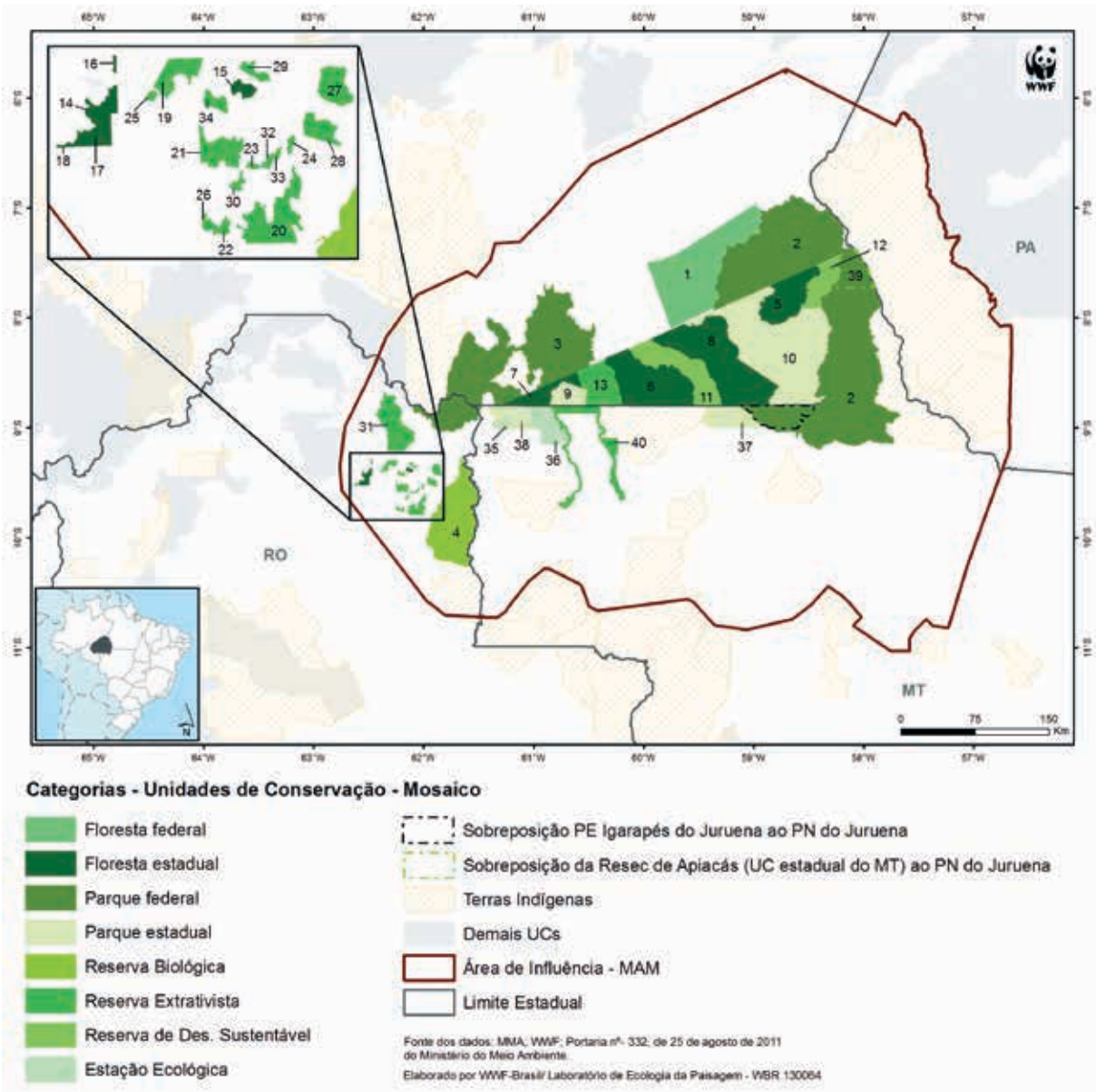
Este plano contribuirá para o bom gerenciamento conjunto das unidades de conservação que compõem o Mosaico da Amazônia Meridional.





APÊNDICE

Na página 10, você viu uma versão estilizada do mapa do MAM. Segue abaixo a versão real e em escala do mapa, com a lista de unidades de conservação, legendas, coordenadas e outras informações técnicas sobre esta importante região da Amazônia.



	Unidade de Conservação	Área (ha)	Orgão Gestor
1	FLORESTA NACIONAL DE JATUARANA	573.745,70	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
2	PARQUE NACIONAL DO JURUENA	1.957.526,71	
3	PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	961.322,50	
4	RESERVA BIOLÓGICA DO JARU	346.860,65	
5	FLORESTA ESTADUAL APUÍ	182.723,89	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
6	FLORESTA ESTADUAL ARIPUANÃ	328.743,90	
7	FLORESTA ESTADUAL MANICORÉ	83.296,24	
8	FLORESTA ESTADUAL SUCUNDURI	481.065,28	
9	PARQUE ESTADUAL GUARIBA	71.100,20	
10	PARQUE ESTADUAL SUCUNDURI	795.956,64	
11	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ARIPUANÃ	218.094,61	
12	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BARARATI	110.806,13	
13	RESERVA EXTRATIVISTA DO GUARIBA	148.075,81	
14	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO ARARAS *	1.007,68	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia
15	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO CEDRO *	2.561,96	
16	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO GAVIÃO *	433,65	
17	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO MUTUM *	10.855,18	
18	FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO TUCANO *	510,70	
19	RESERVA EXTRATIVISTA ANGELIM	8.383,94	
20	RESERVA EXTRATIVISTA AQUARIQUARA	19.276,41	
21	RESERVA EXTRATIVISTA CASTANHEIRA	9.661,03	
22	RESERVA EXTRATIVISTA DO ITAÚBA	1.604,36	
23	RESERVA EXTRATIVISTA FREIJÓ	628,52	
24	RESERVA EXTRATIVISTA GARROTE	865,94	
25	RESERVA EXTRATIVISTA IPÊ	819,50	
26	RESERVA EXTRATIVISTA JATOBÁ	1.338,82	
27	RESERVA EXTRATIVISTA MARACATIARA	8.660,02	
28	RESERVA EXTRATIVISTA MASSARANDUBA	6.174,56	
29	RESERVA EXTRATIVISTA MOGNO	2.413,10	
30	RESERVA EXTRATIVISTA PIQUIÁ	1.278,56	
31	RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ	119.769,62	
32	RESERVA EXTRATIVISTA ROXINHO	1.039,02	
33	RESERVA EXTRATIVISTA SERINGUEIRA	475,54	
34	RESERVA EXTRATIVISTA SUCUPIRA	2.818,35	
35	ESTaÇÃO ECOLÓGICA DO RIO MADEIRINHA **	13.682,96	Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso
36	ESTaÇÃO ECOLÓGICA DO RIO ROOSEVELT	97.964,61	
37	PARQUE ESTADUAL IGARAPÉ DO JURUENA	223.829,75	
38	PARQUE ESTADUAL TUCUMÃ	81.007,39	
39	RESERVA ECOLÓGICA DE APIACÁS***	100.000,00	
40	RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA-ROOSEVELT **	138.092,00	

Total 7.114.471,43

Fonte: CNUC (<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc> acesso em agosto/2013)

* Correspondente à categoria Floresta estadual, conforme Sistema Estadual de Unidade de Conservação de Rondônia

**Área do decreto

***JC não está em conformidade com SNUC, mas aguarda processo de recategorização

